

Pluralidade de Mundos entre Mulheres Urbanas de Baixa Renda

Neste artigo, discuto algumas questões referentes a mudança de valores a partir de dados qualitativos de uma pesquisa realizada com mulheres de baixa renda da comunidade de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro¹. De início, tinha dois interesses nessa investigação. O primeiro consistia em entender os motivos pelos quais, desde os anos 70, mulheres urbanas de baixa renda vinham optando por menor número de filhos. O segundo, o que tais motivos poderiam estar significando enquanto transformações no campo dos valores e práticas de gênero.

No decorrer do trabalho, cheguei à problematização de duas dimensões distintas, porém interligadas: a situação de pluralidade de mundos práticos e simbólicos dos quais participam os atores sociais e as implicações que o reconhecimento dessa situação vêm tendo para uma vertente dos discursos das ciências sociais. O reconhecimento dessa pluralidade vem problematizando o "realismo" que marca toda uma importante tradição dos discursos das ciências sociais, colocando ao mesmo tempo em discussão a possibilidade epistemológica da construção de métodos e vocabulários que possam ir além das dicotomias redutoras da complexidade das relações sociais.

São estas questões que abordo agora, enfatizando as dificuldades de se pensar o domínio do simbólico, em particular, os valores de gênero entre mulheres urbanas de baixa renda, a partir da dualidade igualdade x hierarquia, ou tradicional x moderno. Falar em um universo hierárquico ou tradicional das camadas populares significa, conceitualmente, recorrer a uma classificação por demais abrangente e universalizante para dar conta não apenas da diversidade existente entre esses segmentos, mas também do **conteúdo** das mudanças sócio-culturais que o desenvolvimento recente da sociedade brasileira produziu: a participação simultânea em diferentes mundos simbólicos e institucionais,

¹ Os dados fazem parte de uma investigação sobre mudanças de valores entre mulheres residentes nas quatro favelas do bairro de Manguinhos-RJ, que freqüentam os serviços ambulatoriais do Centro de Saúde Escola Germano Sinval de Faria (CSE-GSF), da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. As entrevistas foram realizadas por Ana Carla Souza da Silva e Marly Marques da Cruz.

a coexistência entre exclusão e aspirações em relação a bens e direitos.

Pluralidade de mundos

A pluralidade de mundos que convivem na sociedade brasileira é fenômeno amplamente falado e documentado pela sociologia e historiografia nacionais. Oposições como tradicional/moderno, rural/urbano, casa/rua, individualismo/hierarquia, têm sido instrumentos teórico-conceituais utilizados para se pensar e interpretar as relações e instituições sociais brasileiras, ainda que sua característica "híbrida"² e "relacional"³, isto é, a capacidade de misturar elementos de diferentes mundos práticos e simbólicos, seja justamente considerada traço típico do modo brasileiro de agir na vida cotidiana. Mais recentemente, implicações e efeitos perversos da participação dos diferentes segmentos sociais nessa pluralidade de mundos vêm referenciando reflexões sobre exclusão social, cidadania e violência urbana⁴.

No que concerne à subjetividade individual, a ambigüidade e pluralidade em relação a valores e comportamentos das camadas médias também já foi bastante discutida. A partir mais ou menos dos anos 80, estudos realizados em grande parte no Rio de Janeiro criaram, com base na análise de Dumont⁵ sobre os valores igualitários e hierárquicos como definidores culturais de sociedades modernas e não-modernas, uma tradição interdisciplinar envolvendo Antropologia, Sociologia e Psicologia, que ao mesmo tempo procedia a uma espécie de divisão de classe, a uma estratificação sócio-cultural. De um lado, trabalhos focalizando os segmentos modernos e igualitários das camadas médias urbanas; entre estas, ainda que as hierarquias não desaparecessem, predominariam aspirações, identidades e projetos de vida definidos dentro de um referencial simbólico individualista⁶. De outro, aqueles que acentuavam o aspecto tradicional e hierárquico da visão de mundo das camadas populares e dos segmentos médios "suburbanos"⁷.

Estudos sobre práticas e valores de gênero continuaram essa tradição teórica na qual as categorias individualismo e hierarquia possuíam centralidade. Embora com conflitos e fragmentação interna, bem como incongruência entre práticas e discursos, mulheres das camadas mais altas haviam rompido com os papéis restritos à esfera privada, buscando um dos lados de sua realização pessoal no mundo público da carreira e do trabalho remunerado, por verem a vida doméstica como prisão e/ou empreendendo comportamentos

²FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

³DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁴VELHO, Gilberto. *Violência, Reciprocidade e Desigualdade: uma perspectiva antropológica*. In: VELHO, G. & ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. ZALUAR, Alba. A Globalização do Crime. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos, op. cit..

⁵DUMONT, Louis. *Hommo Hierarchicus*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *Hommo Aequalis*. Paris: Gallimard, 1977.

⁶VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FIGUEIRA, Sérvulo. *O Contexto Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. *Uma Nova Família? - O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

⁷DUARTE, L.F. Dias. *Muita Vergonha, Pouca Vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas*. Comunicação apresentada ao 4º. Encontro Nacional da ABEP, Águas de São Pedro, 1984.

_____. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. HEILBORN, Maria L. *Visão de Mundo e Ethos em Camadas Médias Suburbanas*. *Ciências Sociais Hoje*. Ed. Cortez, 1984.

⁸ SALÉM, Tânia. *Sobre o Casal Grávido*: incursão em um universo ético. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 1987. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. *Maternidade - um destino inevitável?*. Rio de Janeiro: Campus, 1987. DAUSTER, Tania. *Filho na Barriga é o Rei na Barriga*: mitos de poder, destino e projeto nas relações entre os gêneros nas camadas médias urbanas. *Revista de Cultura Vozes*, v. 84, nº 2, 1990. VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais - identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

⁹ SALÉM, Tânia. *Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos*. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁰ MACEDO, Carmem Cinira de. *A Reprodução da Desigualdade*. São Paulo: Hucitec, 1979. DURHAM, Eunice. *Família Operária - consciência e ideologia*. In: *Dados*, v. 23, nº 2, 1980. PRADI, José R.. *A Mulher e o Papel de Dona de Casa: representações e estereótipos*, *Revista de Antropologia*, v. 24, 1982. SARTI, C.. *Cotidiano Feminino, Lugar dos Outros. Trabalho apresentado ao IX Encontro da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1983*. XAVIER, I.B.. *Desemprego, Papéis Sexuais e Fecundidade*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 4, nº 2, 1987.

¹¹ GIFFIN, Karen. *Esfera de Reprodução em uma Visão Masculina. Considerações sobre a articulação da produção e da reprodução, de classe e de gênero*. *Phisis - Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, nº 1, 1994.

¹² GOLDANI, Ana Maria. *A Crise Familiar no Brasil Hoje. Travessia*, Jan-abr, 1991.

afetivo-sexuais fugindo aos padrões típicos da família conjugal moderna⁸. Em outro sentido, a identidade das mulheres de baixas renda e educação permaneceria tradicional. Entre essas, o papel de esposas e donas-de-casa seria valorizado devido ao fato de, além da dupla jornada, elas só terem acesso, no mundo do trabalho remunerado, a atividades mal-pagas, repetitivas e sem qualquer perspectiva de realização pessoal, o que, no caso das chefes de família, seria acentuado pela ausência masculina⁹.

Fora do perímetro carioca, outras pesquisas, ainda que focalizando diferentes aspectos e com distintos matizes teóricos, indicavam, *grosso modo*, que a aceitação do trabalho feminino fora de casa, tanto pelos homens como pelas mulheres, seria uma consequência da pobreza e dependente das alternativas oferecidas pelo mercado de trabalho¹⁰. A identidade feminina era construída a partir dos papéis reprodutivos na família e a taxa de fecundidade mais alta entre os segmentos populares do que nas camadas médias urbanas indicava a correspondência estrutural entre gênero, classe e valores - ou ideologia.

É verdade que estudos mais recentes têm detectado mudanças nas relações de gênero também entre os segmentos populares; contudo, há distintas interpretações sobre o que essas mudanças vêm significando quanto aos valores dos indivíduos envolvidos. Ou seja, discute-se em que medida as transformações na família e nas práticas de gênero - chefia feminina, instabilidade conjugal, pluralidade de formas familiares, participação da mulher na força de trabalho, controle da fecundidade etc. - implicariam ou não transformações nos valores, ou, falando de outra maneira, em algum tipo de incorporação do individualismo por parte dos segmentos populares. Trata-se de uma discussão sobre **como** processos de modernização e valores considerados próprios da modernidade são vivenciados, apropriados e traduzidos por diferentes indivíduos em contextos sócio-culturais específicos.

Para Giffin¹¹, por exemplo, embora no início da década de 90 já exista alguma versão da ideologia feminista circulando na sociedade brasileira, a participação da mulher de baixa renda na esfera pública do trabalho e o controle da fecundidade não constituiriam fenômenos impulsionados a partir de opções, aspirações ou preferências ideológicas. Representariam, sobretudo, requisitos para a sobrevivência da unidade familiar, fato que se refletiria na aceitação, por parte dos homens, do controle da fecundidade e do trabalho extra-doméstico da mulher. Em perspectiva semelhante, para Goldani¹², transformações nos padrões familiares e

de gênero não poderiam ser generalizadas como resultado de "modernidade", racionalidade e crescente opção individual, pois isso seria pertinente apenas para certos grupos familiares ou indivíduos que de fato teriam opções em nossa sociedade. Para outros, tais transformações resultariam justamente dos custos sociais do processo de mudanças nos padrões sócio-político e econômico nacional, que estariam determinando a falta de opções.

De outra perspectiva, poderíamos identificar autores que dão maior ênfase às implicações simbólicas e culturais mais gerais que acompanham os processos estruturais. É o caso de Faria¹³, ao analisar a queda da fecundidade no Brasil como resultante de processos de mudança institucional - políticas de crédito ao consumidor, de telecomunicações, de previdência social e saúde - que teriam acelerado processos de mudança sócio-cultural. Em direção semelhante, o trabalho de Oliveira¹⁴, embora apontando as diferenças sociais que os processos estruturais possuem para os distintos grupos da sociedade brasileira, ressalta sua relevância para a condição feminina. Reconhece, por exemplo, a dificuldade de sobrevivência das famílias sem provedor masculino, mas assinala que a possibilidade de sobrevivência da mulher sem a figura de um marido amplia-se também pela expansão das possibilidades de emprego feminino e possibilita a afirmação de independência individual. A participação da mulher no mercado de trabalho implica, entre outras coisas, que a mulher possa pensar-se como capaz de enfrentar o mundo externo sem a mediação do pai, marido ou filhos adultos. Envolveria também a possibilidade da mulher identificar ou construir núcleos de interesse e sociabilidade apoiados em outros vínculos que não só o conjugal.

Com efeito, embora a participação da mulher de baixa renda na esfera pública do trabalho e o controle da fecundidade constituam requisitos para a sobrevivência familiar, inclusive como parte dos custos sociais que o processo de modernização brasileiro vem implicando para os segmentos de baixa renda, do ponto de vista de uma teoria sobre **como e em que sentido** mudanças culturais se produzem, é preciso diferenciar duas lógicas simultâneas do ponto de vista do sujeito, todavia possíveis de serem pensadas como distintas pelo discurso teórico: a primeira seria aquela que envolveria algum tipo de reprodução de valores e comportamentos fundada em determinada tradição; a segunda, a que implicaria a produção de novos valores e comportamentos, ou seja, rompimento com a tradição. Além do reconhecimento das particularidades e permanências, é importante procurar entender também

¹³ FARIA, Vilmar E.. Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade. Conseqüências não-antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1989.

¹⁴ OLIVEIRA, Maria Coleta. A Condição Feminina e Alternativas de Organização Doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *ANAIS*, v. 2, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1992.

de que maneira indivíduos de segmentos populares vêm-se incorporando aos processos de modernização, conseguindo acesso às esferas institucionais que garantem direitos universais e reconstruindo valores e comportamentos dentro do marco geral que tipifica a idéia de modernidade.

Conexões e simultaneidades

Reconhecer que o individualismo expandiu-se para além dos segmentos médios urbanos - ou seja, para o universo das camadas populares - não significa ressuscitar a teoria da modernização e afirmar que, intrínsecos aos processos de industrialização e urbanização, valores individualistas e modernos acabam sendo incorporados pelos segmentos tradicionais. Os impasses das concepções desenvolvimentistas, quer como políticas, quer como teorias ancoradas em distintas traduções dos modelos estrutural-funcionalistas, já foram exaustivamente criticados por diferentes vertentes do pós-estruturalismo, que mostraram os limites das visões teleológicas do desenvolvimento social e das categorias universalizantes, reiterando a importância de se contextualizar significados. Fenômenos como mulheres chefes de família, instabilidade conjugal, trabalho feminino fora de casa, certamente têm significados específicos para distintos segmentos sociais e indivíduos; no entanto, não necessariamente.

Mudanças culturais fazem parte de processos sócio-econômicos, políticos e institucionais que afetam os segmentos de forma diversa. Todavia a mudança, além de diferenciação, pode conformar similaridades, ainda que tangenciais, à medida que produz novos universos comuns. Dos processos de modernização emergem novos contextos prático-simbólicos, nos quais os atores sociais interagem, disputam e compartilham situações, trocam idéias, emoções, sentimentos, discursos, numa circulação permanente de valores, idéias, imagens. Da perspectiva do sujeito, a participação em distintos contextos e jogos discursivos implica simultaneamente em produção de similaridade e diferença, pois ele atua em novos universos comuns, dos quais, ao mesmo tempo, se diferencia. Sobretudo na cena urbana, ele toma parte simultaneamente de mundos diferentes que, no entanto, se interpenetram.

Discutindo até que ponto a modernização e a modernidade seriam compatíveis na América Latina, Lechner¹⁵ observou que, hoje, as camadas populares são marginais, não por seus valores ou aspirações, mas em relação ao processo de modernização, que é incapaz de integrá-las devido ao desemprego estrutural.

¹⁵ LECHNER. A Modernidade e a Modernização são Compatíveis? O desafio da democracia latino-americana. *Lua Nova*, nº 21, set. 1990. Lechner distingue entre modernização como processos de expansão da racionalidade instrumental englobando industrialização e urbanização, e modernidade como processos de expansão de normatividade implicando acesso universal a direitos civis, políticos e sociais.

¹⁶ LECHNER, op. cit.: p.77-78.

¹⁷ MARCUS, George. Past, Present and Emergent Identities: requirements for ethnographies of late twentieth-century modernity worldwide. In: LASCH, Scott & FRIEDMAN, Jonathan. *Modernity and Identity*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1992.

¹⁸ LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1 out., 1986.

Já não se trataria mais do "antigo dualismo tradicional-moderno, onde o setor tradicional tinha uma vida à parte do setor moderno. Hoje em dia, os setores excluídos compartilham do 'modo de vida' moderno"¹⁶.

Embora esta afirmação deva ser contextualizada ao se falar de um país com as dimensões e a diversidade sócio-cultural do Brasil, Lechner toca em um ponto crucial para se entender o caráter das mudanças de valores que vêm ocorrendo entre certos segmentos urbanos nestas últimas décadas do nosso século, pois, se um dos lados do mundo globalizado é a homogeneização de certos estilos e hábitos de consumo, um outro lado é justamente seu oposto: desigualdade, diferença, pluralidade. Falando do transculturalismo, Marcus¹⁷ lembra que o fato de o mundo estar se tornando mais integrado não produz uma totalidade mais facilmente compreensível, mas uma crescente diversidade de conexões entre fenômenos que antes eram considerados disparatados e pertencentes a mundos separados.

Certamente não se pode falar de transculturalismo em relação aos mundos simbólicos que coexistem em uma cidade como o Rio de Janeiro, mas sim em pluralismo e diferença. Aqui, trata-se de conexões e simultaneidades entre distintos valores e práticas, entre mundos simbólicos, institucionais e normativos que, longe de se terem tornado universais, convivem dentro de uma mesma ordem nacional. Não estamos diante, porém, apenas da coexistência, dentro da mesma nação, de dois ou mais mundos sociais ou simbólicos, mas de vários mundos inseridos em um mesmo segmento social, dentro de um mesmo sujeito. Como observa Laclau¹⁸, o sujeito não é uma fonte que fornece um significado coerente e totalizador ao mundo, não é uma entidade unificada e homogênea, mas conforma uma pluralidade, dependente das várias posições que ocupa, ao se constituir como indivíduo, no âmbito de várias formações discursivas. Uma vez que, para o vocabulário científico herdado da tradição clássica, de linhagem positivista e estrutural, um conceito deveria representar ou corresponder a uma dada realidade, esta ambivalência se coloca como um problema para esta tradição e, ao mesmo tempo, aponta para o surgimento de uma outra condição discursiva.

Até o final dos anos 80, nos discursos das ciências sociais brasileiras, os limites da utilização das categorias universalistas e duais para analisar realidades diferenciadas e que passam por rápida transformação social configuravam-se mais como uma espécie de crítica "interna", decorrente dos problemas encontrados na interpretação das relações sociais, contudo ainda dentro de um mesmo paradigma explicativo. Noções como diferença, simultaneidade, ambigüidade, contin-

gência, mesmo que utilizadas, não haviam se firmado como parte de um novo discurso, alternativo tanto às correntes estruturalistas - em suas vertentes funcionalista e marxista - quanto a uma leitura clássica do interacionismo e das teorias da ação social. Também era mais aceita a associação quase que direta entre identidade e papéis, embora incongruências fossem ressaltadas.

É significativo que um dos primeiros trabalhos analisando a relação entre subjetividade e individualismo e suas ambigüidades entre as camadas médias tenha vindo da Psicanálise¹⁹, em abordagem que incorporava o referencial das ciências sociais. Apontando, a partir do conceito de **desmapeamento**, a convivência do "tradicional" e do "moderno" entre indivíduos pertencentes a segmentos médios urbanos, Figueira tocava na idéia pós-moderna de simultaneidade²⁰ - no interior do sujeito - sem chamá-la desse modo.

Do lado da Antropologia urbana, Gilberto Velho²¹ falava da fragmentação em relação a papéis que marcava a identidade e causava sofrimento em indivíduos desse mesmo grupo. Porém, se a fragmentação e a convivência entre passado e presente já eram detectadas entre os segmentos "modernos" das camadas médias, talvez até porque fosse entre eles que as mudanças estivessem sendo mais sentidas - e estudadas -, nem por isso as camadas populares permaneceram à margem de processos que envolviam significativas transformações culturais.

Mais recentemente, na década de 90, alguns autores vêm levantando distintos aspectos da problemática do simbólico e identificando impasses teórico-metodológicos herdados do referencial clássico, realista e objetivista das ciências sociais, enfatizando a narrativa, o texto e os possíveis e múltiplos conteúdos e matizes que estes recebem nos contextos interacionais. Particularmente no Rio de Janeiro, alguns trabalhos devem ser citados pela reflexão teórica que fazem sobre as possibilidades nesse campo. Soares²², que toma narrativas como material empírico, propõe a ruptura de barreiras disciplinares e a construção do objeto sociológico com métodos e teorias do campo dos estudos literários, acentuando a necessidade de se levar "em conta que a pluralidade das vozes habita um único discurso". Outra autora é Mendes de Almeida²³, que fundamentada na própria experiência empírica, discute a dificuldade de se apreender o objeto **subjetividade** pelo pesquisador. Seu ponto de partida é um artigo pioneiro de Otávio Velho²⁴, onde ele identifica a crise do conceito de representação como uma tendência da época e ressalta a noção de **texto** em contraposição à de **contexto**, ainda que esse não perca sua importân-

¹⁹ FIGUEIRA, Sérvulo. *O Contexto Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁰ É importante observar que a idéia de simultaneidade não é recente nem exclusiva do campo das ciências sociais. Na Física, a própria idéia da relatividade da simultaneidade foi introduzida por Einstein, quando este mostrou que o espaço e tempo absolutos de Newton não existiam, e com isso provocaria, segundo Santos (ver nota 25), a "primeira ruptura no paradigma da ciência moderna" (p. 18).

²¹ VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

²² SOARES, Luiz Eduardo. *Acaso e Necessidade na Ética do Crime*. Mimeo, 1992.

_____. *Faça a Coisa Certa: o rigor da disciplina*. In: *Os Dois Corpos do Presidente e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

²³ MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel. *Masculino/Feminino: tensão social insolúvel*. Sociedade brasileira e organização da subjetividade. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. *Subjetividade e Ciências Sociais: reflexões em torno do conceito de representação e seus impasses*. Mimeo, 1997.

²⁴ VELHO, Otávio. *Besta-Fera - recriação do mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

cia. Nessa mesma perspectiva, ela vê o conceito de representação como limitado para escutar o conteúdo dos discursos, deixando de atentar para "quem fala" no sujeito, pois "simplificador" e "aplainador" de imagens socialmente construídas e compartilhadas.

A meu ver, esta procura de caminhos alternativos inclui-se em movimento mais amplo no sentido daquilo que Boaventura dos Santos²⁵ vem chamando de "transição paradigmática". Um processo de "redescricao", como diria Rorty²⁶, fundado em uma atitude anti-essencialista: o fato de estarmos tentando construir novos conceitos, um outro vocabulário, não quer absolutamente dizer que seja esse o vocabulário mais próximo da verdade ou o mais objetivo. Apenas indica que agora estamos falando de maneira diferente.

Embora eu considere crucial a noção de texto, reitero, para minha própria análise, a importância do contexto sociológico, não enquanto primado ou dilema que se coloca como oposição ao texto, mas como uma das perspectivas possíveis da qual o pesquisador fala sobre seu objeto, como uma das dimensões a serem levadas em consideração, dependendo do que se quer ver, do que se quer falar, de como se consegue falar. Afinal de contas, tanto texto quanto contexto são vocabulários, construções do discurso científico. Minha escolha passa por tentar articular os dois. Sendo assim, vejamos o contexto onde se produzem as subjetividades, as quais analisaremos mais adiante.

Além de reconfigurações normativas e institucionais, a modernização brasileira produziu não apenas uma nova pobreza urbana, mas novos valores entre segmentos populares urbanos. Com a democratização, o crescimento dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda e das campanhas eleitorais, a agenda dos direitos conseguiu visibilidade política e social num momento em que o poder da mídia, principalmente o da televisão, aumentava e difundia, sobretudo pelas telenovelas, valores e comportamentos associados a uma idéia ampla e difusa de modernidade, frequentemente equacionada com permissividade. Do ponto de vista das políticas públicas, com todos os obstáculos e seletividade para sua implementação, as várias respostas do Estado às demandas do movimento feminista - as Delegacias Especiais de Atenção à Mulher, os Conselhos de Direitos das Mulheres, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) etc. - contribuíram para a construção de canais institucionais e simbólicos de uma ordem que ampliou as possibilidades de acesso individual a direitos universais.

O processo de modernização em nosso país vem produzindo inúmeros paradoxos. Como bem observou

²⁵SANTOS, Boaventura de Souza. *From Modern Science to Postmodern Knowledge*. In: *Towards a New Common Sense - law science and politics in the paradigmatic transition*. Londres: Routledge, 1995.

²⁶RORTY, Richard. *Irony, Contingency and Solidarity*. Cambridge University Press, 1992.

²⁷VELHO, Gilberto. *Violência, Reciprocidade e Desigualdade: uma perspectiva antropológica*. In: VELHO, G. & ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

Velho²⁷, no Rio de Janeiro, a desigualdade social acompanhou-se de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais. As relações de patronagem do sistema tradicional possibilitavam a existência de expectativas culturais compartilhadas quanto à reciprocidade, o que teria sido seriamente afetado pela modernização.

Com as devidas proporções, essa análise também pode ser estendida às práticas e valores de gênero. No universo tradicional, a expectativa cultural era de que os homens proovessem suas famílias e, mesmo que as mulheres tivessem que trabalhar fora para complementar a renda masculina, havia maiores expectativas mútuas em relação aos papéis que deveriam ser cumpridos por cada sexo. Esse referencial atualizava-se nos distintos segmentos sociais e por cada indivíduo, mas tratava-se de orientação normativa em relação a papéis, cuja razão de ser ancorava-se em outro momento da divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira, e também em diverso contexto sócio-cultural.

As condições muito instáveis de vida, casamento e trabalho num contexto de difusão do individualismo não favorecem a cristalização de algo como uma "ideologia da domesticidade", eixo de uma identidade de gênero fixa, exclusivamente referida à esfera privada. Essas circunstâncias produzem uma cultura na qual, em meio à pobreza, as mulheres adquirem condições morais e aceitação social para sobreviverem sem a presença masculina; provavelmente isso, por sua vez, cria barreiras menores à ausência masculina na manutenção e criação dos filhos.

Aspirações e valores de gênero

A situação de pobreza numa sociedade de consumo não exclui a existência de aspirações individualistas ou modernas. A noção de indivíduo - enfeixando valores de privacidade, autonomia, auto-desenvolvimento e igualdade - não está ausente do imaginário e da identidade das mulheres pesquisadas; pelo contrário. O **projeto**, que constitui um dos referenciais do indivíduo e do individualismo, e portanto um dos eixos daquilo que seria uma visão de mundo moderna, tem sido associado às camadas médias²⁸. Contudo, essa noção tipicamente individualista está presente nos valores e ações dessas mulheres; encontra-se entre as que migraram esperando construir no Rio de Janeiro uma vida melhor, atualizando-se em suas aspirações em relação aos filhos e, sobretudo, nas ações empreendidas para mantê-los na escola a fim de que se formem e tenham alguma profissão.

²⁸VELHO, Gilberto. *Op. cit.*, 1986. VAITSMAN, Jeni. *Op. cit.*, 1994.

doméstico. É significativa a fala de uma mulher nascida em 1937, com 57 anos no momento da entrevista, operária em uma fábrica de embalagens de plástico, separada. Ela afirmou que nunca precisou trabalhar para sustentar os filhos enquanto esteve casada, embora o marido nunca tenha ligado, "importado" que ela o fizesse: "Não trabalhava porque não tinha grande necessidade. Depois aí que vim ter meus filhos, aí comecei fazer umas coisa. Mas também sempre gostei de fazer um servicinho. Lavava roupa para fora para ganhar um dinheirinho (...) mas comecei a ralar mesmo foi quando ele saiu de casa. Ele sempre deu uma pensãozinha, uma mixaria, quando as criança era pequena, né (...) Mas depois que as criança cresceu. Também eu já não corria atrás, porque fui trabalhar, né?" Perguntada se gostava de trabalhar fora, respondeu: "Eu gosto, sim, gosto de trabalhar. Sempre gostei. Não gosto de ficar parada. Nem em casa; onde tiver serviço eu tô. Esses dias eu tô de fêria, eu tô, oh, doida por trabalho."

Perguntada por que gostava de trabalhar fora, respondeu: "Prá ser uma pessoa independente, né. Eu pelo menos sou uma pessoa independente. Ganho meu dinheiro, eu resolvo minhas coisas. Eu acho que é importante mulher trabalhar."

Na esfera doméstica, no entanto, o mundo que ela define como apropriado é o da divisão sexual do trabalho: "(...) Serviço pra homem eu acho que é coisa que pega pra eles. Por exemplo, nós no fogão (...). Eu acho. Cada um tem uma opinião. Para homem, não é importante, isso é pra nós. Mas eu acho que é assim. Eu não concordo realmente ... porque eu acho que serviço de casa é mais pra nós que somos donas-de-casa. Um dia que precisar de uma ajuda, o homem ajudar não é nada demais. Mas o serviço de cozinha eu acho que é coisa pra nós. Não? (...) Por causa disso nunca briguei, até que aí a gente vivia bem, sabe?"

Quanto a gostar de fazer os serviços de casa, respondeu: "Adoro. Adoro cuidar de casa. Ih, sou parada em serviço de casa. Cuidar de limpeza. Essas coisa é comigo mesmo. Lavar, passar, já fiz muito, né, trabalhando como doméstica. Trabalhei muito em Copacabana, Botafogo, ali tudo eu já trabalhei. Acostumada em ser doméstica. Trabalhei muito. Agora, voltei a trabalhar em firma."

Como classificar os valores de gênero, dessa mulher? Eles poderiam ser, ao mesmo tempo tradicionais, dicotômicos - "serviço de casa é mais prá nós que somos donas-de-casa", "serviço de cozinha eu acho que é coisa pra nós" - e modernos, uma vez que gosta de trabalhar fora, "para ser uma pessoa independente".

ganhar seu dinheiro e resolver suas coisas. Valores que poderiam ser considerados como pertencentes a diferentes universos, coexistem sem grande conflito. Por um lado, quando se refere ao trabalho remunerado, ela não constrói a oposição homem/mulher dando-lhe significado normativo, fixo, e valoriza a participação da mulher no mercado de trabalho. Por outro, ao falar do trabalho doméstico como **responsabilidade** feminina e **ajuda** masculina, que fogão e serviço de casa são para mulher como “ajuda” seu discurso torna-se “tradicional”. O sentido hierárquico da oposição homem/mulher permanece, mas, do ponto de vista de uma teoria acerca da mudança nos valores e na cultura, pode-se perceber que a hierarquia não é estável e está passando por transformações.

Embora trabalhar fora seja uma necessidade para o sustento da casa, essa mulher não vê a vida doméstica como um ideal que por si excluiria outras atividades. Ainda que sob condições de trabalho e remuneração em nada semelhantes àquelas idealizadas nos projetos profissionais das mulheres de classe média, ela valoriza a participação em atividades que geram renda como meio de se afirmar no mundo - o que, ao mesmo tempo não a impede de valorizar também as atividades domésticas. O sujeito pode pensar, falar ou agir de forma considerada pelo discurso teórico como “tradicional” diante de determinada situação, porém “moderna” diante de outra. A exigência de sustentar os filhos pelo trabalho remunerado coexiste com a vontade de ser independente e com a tradição da cultura da domesticidade feminina. Estamos não apenas diante de continuidade e ruptura, mas também de convivência de vários mundos. Não existe um discurso unificado segundo um único referencial quanto ao “lugar dos sexos”, pois esse referencial único - se é que algum dia existiu - está hoje em franca desagregação.

A pluralidade de mundos simbólicos - externos e internos - dos quais o sujeito participa transparece nos discursos, que não apresentam significados fixos, mas contextuais. Essa pluralidade traduz-se também enquanto ambivalência, não só em relação a papéis, mas também aos valores, os quais não são apenas “incorporados” pelos sujeitos nos processos de socialização e “reproduzidos” socialmente. Cada indivíduo estabelece relações singulares com os valores, inclusive os de gênero. Se aceitarmos que, na sociedade pós-moderna, os indivíduos experimentam com a identidade³⁰, devemos levar em conta os contextos relacionais, pois essa experimentação se dá de forma diferenciada, segundo a individualidade, a situação de vida e as posições nas formações discursivas. Nas práticas cotidia-

³⁰ KELLNER, Douglas. Popular Cultures and the Construction of Postmodern Identities. In: LASCH & FRIEDMAN. Op. cit..

nas, percepções e valores tais como construídos pelos discursos dos sujeitos a um determinado momento e apreendidos e definidos pelo discurso científico como pertencendo ao domínio do tradicional, podem reconstituí-se enquanto modernas sob outras situações e interações discursivas.

Certamente, entre os segmentos médios urbanos, as mulheres podem experimentar muito mais com sua identidade do que entre os segmentos populares, mas estes não vivem à parte das circunstâncias históricas que implicaram flexibilização das identidades³¹. Também entre as mulheres de baixa renda e educação, a identidade tornou-se mais plástica e aberta. Para essas, seguramente, as atividades que oferecem alguma possibilidade de maior controle sobre a própria vida e certo sentido de "independência", não são as mesmas que as mulheres de classe média consideram como lhes propiciando "autonomia". Além disso, mais do que o controle sobre o próprio comportamento, independência adquire outros significados para as mulheres de baixa renda. Um deles é o de livrar-se de um marido alcoólatra ou violento. Outro é o de poder comprar as coisas desejadas sem precisar do dinheiro do marido, que já é curto; ou, então, sustentar a família sem a contribuição de um pai ausente.

A instabilidade das uniões é grande - principalmente entre as mais jovens - e não há, nesse âmbito, grandes coerções morais sobre homens ou mulheres. À maior liberdade pessoal - sobretudo dos comportamentos masculinos - corresponde também maior iniquidade de gênero, com aumento da gravidez na adolescência e ausência masculina na criação dos filhos. É comum a atitude de não reivindicação da participação dos pais na manutenção dos filhos traduzir-se na frase "não quero nada dele".

A necessidade da mulher tomar decisões para poder manter a família coloca em xeque e limita concretamente as possibilidades de construção de uma auto-imagem de dependência enquanto algo próprio de uma natureza feminina. Embora em certos casos de separações os filhos fiquem com a família do pai, em geral são as mães quem passam a arcar com a maior, senão inteira, responsabilidade quanto a sua criação. O mais freqüente é que o homem "largue" a mulher após arranjar outra, embora também ocorra que a mulher "largue" o homem, abandonando a casa ou mandando-o embora por ser mulherengo, beber, ser violento e/ou não sustentar a casa. Apesar do controle que os homens costumam exercer sobre a pessoa física de suas mulheres durante o casamento, elas também tomam a iniciativa de desfazer-se de uniões insatisfatórias.

³¹ VAITSMAN, Jeni. Op. cit., 1994.

A dimensão privada da vida costuma ser definida como feminina e como "prisão" e "rotina", o que por sua vez associa-se a casamento e filhos; o mundo masculino permanece associado ao "trabalhar fora" e "colocar dinheiro em casa" e, do ponto de vista dos comportamentos e da sociabilidade, à "farrá" e à "gandaia", à "rua" e à "liberdade". Fica então patente, em vários casos, a incongruência entre práticas e representações, pois muitos homens - maridos e ex-maridos ou companheiros - são desempregados ocasionais ou crônicos, muitas vezes devido a alcoolismo ou doença - e não contribuem economicamente para a manutenção da família. Em determinados momentos, o casamento pode ser sentido como prisão; todavia, em outros, como proporcionando segurança - num contexto de dificuldade econômica e social. Além dos limitados recursos econômicos e oportunidades para lazer, algumas afirmam que quase não saem porque os maridos não permitem, exercendo grande controle sobre seus passos. Nesse contexto, a igreja - geralmente evangélica - é nicho de sociabilidade e vida pública que proporciona mais segurança.

Uma mulher de 32 anos, três filhas de um primeiro marido e grávida do atual, que trabalha como segurança em uma firma, diz que é melhor ser homem do que mulher, "porque homem (...) sai, vai pra gandaia. Mulher não. Mulher fica presa dentro de casa, não pode sair. Tem que fazer o serviço de casa pra quando chegar não brigar (...) se sair, quando chega tem briga, então é melhor ficar dentro de casa (...) se eu sair daqui a ali, quer saber onde eu fui, com quem eu tava, com quem tava conversando, quem é aquele homem, quem é aquela mulher, o que que ela tava falando. Quer saber de tudo. Por isso que eu nem saio".

Mas ela afirma que estar em casa agora é "melhor do que tava na rua fazendo bagunça, saindo com gente que não prestava. Ih, pintava os canecos... Agora não, agora tô mais sossegada. Não saio... pra mim essa vida tá muito boa. Quando perguntada quem manda em casa, ela responde: "Ele que manda (...) ele que paga o aluguel (...) Acho que é o homem que manda. Ah, a gente manda quando a coisa é da gente e eles vêm morar com a gente, né, na nossa casa. Aí a casa sendo da gente, aí a gente manda. Agora, sendo eles que paga o aluguel, aí eles é que manda. Não é eles que manda? O dinheiro sai do bolso dele, suor dele: então é ele que manda. Só falo quando a coisa tá errada, eu fico injuriada, aí eu falo..."

Para essa mulher, casa é prisão e casamento é controle e, por isso, é melhor ser homem do que mulher. Ao mesmo tempo afirma que, agora, em casa, está

melhor do que antes, na rua, "fazendo bagunça", "pintando os canecos". E, apesar de ser vigiada e não sair, diz preferir a vida atual. Um dos lados da liberdade também pode ser insegurança e, hoje, ela preza a segurança que conseguiu com o casamento. Seu discurso não naturaliza as definições e atribuições de homens e mulheres, mas sim reconhece relações de poder. Embora diga que é o homem quem manda, afirma em seguida que "a gente manda quando a casa é da gente, quando eles vêm morar com a gente, aí a gente manda". Ou seja, ela também está dizendo que o poder se exerce pelo fato de se deter ou não recursos econômicos, meios de garantir a sobrevivência. Para ela, essa é uma condição importante, pois foi quem criou, apenas com a ajuda da irmã, as três filhas do primeiro marido, de quem não sabe mais, pois "sumiu". Ao afirmar que as mulheres mandam quando detêm recursos, seu discurso não define a condição da mulher como naturalmente dependente dos homens e tampouco apresenta uma visão dicotômica sobre o lugar moralmente apropriado para homens e mulheres. A hierarquia não é naturalizada por essa mulher, mas vista como derivada de uma situação circunstancial.

Os valores de gênero não são justificados por discursos dicotômicos de forma socialmente generalizada - e isso significa mudança. Esse é um dos sentidos dados por Giddens³² à idéia de reflexividade, central num mundo marcado por abertura e contingência: como próprio da modernidade, as tradições - inclusive as de gênero - só persistem à medida em que conseguem ser submetidas à justificativa pelo discurso, podendo entrar em diálogo aberto não apenas com outras tradições, mas com modos alternativos de fazer as coisas.

Valores e identidades são permanentemente construídos e transformados pela subjetividade individual em distintas cenas, situações, interações. Ao mesmo tempo, os sujeitos inserem-se em processos sócio-culturais mais amplos que ocorrem simultaneamente em esferas nas quais eles podem ou não atuar, porém das quais também são parte. É esta a pertinência propriamente histórica e sociológica da análise.

Num mundo cada vez mais heteromorfo, ainda que valores tradicionais não tenham desaparecido, o individualismo, decisivamente, ultrapassou as fronteiras das camadas médias urbanas, penetrando num universo onde a convivência com o moderno é tanto mais paradoxal porque aquilo a que essas mulheres aspiram é vivido ao mesmo tempo enquanto falta - em relação a consumo e a direitos. Espectadoras de uma festa da qual foram barradas, mas que gostariam de que pelo

³² GIDDENS, Anthony. *Living in a Post-Traditional Society*. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony & LASCH, Scott. *Reflexive Modernization*. Cambridge: Polity Press, 1995.

menos seus filhos pudessem entrar, participantes de uma pluralidade de mundos práticos e simbólicos - como empregadas domésticas, donas-de-casa, trabalhadoras em empresas, público de programas de televisão, alvo de campanhas eleitorais, movimentos sociais, programas governamentais, numa vida social marcada por fragmentação, instabilidade e incerteza, por hierarquia e individualismo, sua visão de mundo e seus valores de gênero já não são os mesmos das mulheres pobres do Rio de Janeiro de duas décadas atrás.

Em uma época que assiste a modificações tão radicais nas relações espaço/ tempo e em que o poder da informação atinge instantânea e indiscriminadamente indivíduos que, no contexto específico do Rio de Janeiro, convivem em um mesmo mundo sob situações de vida e condições individuais tão desiguais, tradicional e moderno já não constituem mundos à parte, mas simultâneos, tanto do ponto de vista das relações sociais quanto do sujeito.

Estamos diante de novos contextos e novos discursos - no senso comum e nas ciências. É nesse sentido que as categorias dualistas colocam-se como cada vez menos adequadas para se pensar essa condição contemporânea, até porque foram produzidas em um contexto histórico e teórico no qual contrapunham-se enquanto partes de realidades excludentes entre si, onde o moderno significaria oposição e superação do tradicional. Seria preciso um novo vocabulário para se falar sobre a condição atual dessas mulheres, que participam simultaneamente de um mundo onde o cotidiano marcado pela pobreza, exclusão e ausência de direitos não deixa de ser interpenetrado por aspirações e valores modernos.